



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SÃO BORJA EM 04.08.2015

Aos 04 dias do agosto de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de São Borja a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003211-86.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Adair João Magnaguagno, pelo Diretor de Secretaria Aparício Brasil Cabral Neto e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 19.04.1990

Data da última correição realizada: 07.10.2014

Previsão de Instalação do PJe: 03.09.2015

Jurisdição: Garruchos, Itaqui, Maçambará, Santo Antônio das Missões e São Borja.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 04.08.2015

Os dados constantes deste relatório apresentam informações administrativas e judiciárias exclusivas da Vara do Trabalho de São Borja relativas ao período correcionado. Diante da recente publicação do Provimento CGJT nº 02/2015 e das alterações por ele determinadas quanto ao tratamento estatístico dos dados de Varas Trabalhistas e Postos Avançados a elas vinculados, os ajustes necessários a serem realizados tanto no Sistema PJe quanto no e-Gestão não possibilitaram, até a data em que foi elaborado este relatório, apresentar conjuntamente os dados referentes ao Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui processados, então, em ata própria.

ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juiz Atual

Juiz	Situação	Período
Adair João Magnaguagno	Juiz Titular	Desde 28.11.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.07.2015)



2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de São Borja pertence à 73ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 01 vaga de zoneamento, atualmente ocupada pela Juíza Substituta **Roberta Testani**.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Julieta Pinheiro Neta	09.05.2013 a 26.01.2014	Juíza Titular	8 meses e 18 dias
2	Rachel de Souza Carneiro	04.04 a 21.07.2014	Juíza Titular	3 meses e 18 dias
3	Luís Henrique Bisso Tatsch	30.09 a 09.10.2014	Juiz Titular	10 dias
4	Adair João Magnaguagno	Juiz Titular desde 28.11.2014		
5	Thiago Boldt de Souza	03 a 05.02.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	3 dias
6	Átila da Rold Roesler	27.01 a 05.02.2014 06.02 a 03.04.2014 22.07 a 31.08.2014 06 a 21.09.2014 20.10 a 02.11.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	179 dias
		04.04 a 12.04.2014 14 a 21.07.2014	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	
		27.06 a 03.07.2014	Atuação em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	
		01 a 19.12.2014	Atuação em razão da designação do Juiz Titular para responder pela 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	
7	Denilson da Silva Mroginski	01 a 05.09.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	13 dias
		20.07 a 02.08.2015	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	
8	Laura Balbuena Valente Gabriel	22 a 29.09.2014 10 a 19.10.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	28 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		30.09 a 09.10.2014	Atuação em razão da designação do Juiz Titular para responder pela Vara do Trabalho de Palmeira das Missões	
9	Jaqueline Maria Menta	03 a 23.11.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	21 dias
10	Fernando Reichembach	24 a 27.11.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	4 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.07.2015)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e da Juíza Substituta Zoneada durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Período de Afastamento	Total
Titulares	Julietta Pinheiro Neta	-	-	-
	Rachel de Souza Carneiro	Férias	04 a 12.04.2014 14 a 21.07.2014	17 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	27.06 a 03.07.2014	7 dias
	Luís Henrique Bisso Tatsch	Designação para responder pela Vara do Trabalho de Palmeira das Missões	30.09 a 09.10.2014	10 dias
	Adair João Magnaguagno	Férias	07.01 a 05.02.2015 20.07 a 02.08.2015	63 dias
Designação para responder pela 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul		01 a 19.12.2014		
Substituta Zoneada	Roberta Testani	-	-	-

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.07.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relatados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara que estarão à disposição do Posto vinculado.

Apresenta-se na tabela a seguir a nova estrutura organizacional com lista de pessoal da Vara de São Borja indicando os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui.

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Aparício Brasil Cabral Neto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	07.01.2000
2	Deborah Graciano Martin	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	04.12.2014
-	Lenita Teresinha Dall'Igna	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	27.04.2015
3	Vinícius Torbitz Palmeiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	24.05.2007
4	Ederson Caetano da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	06.06.1997
5	Marluzy da Silva Likes*	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	04.09.2012
6	Guilherme Steigleder	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	05.08.2013
7	Roberta Zanandrea Contin <i>(Em férias)</i>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	18.11.2013



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

8	Sílvio de Oliveira*** (Em LTIP)	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	26.11.2010
-	Roberto Tomoyochi Kawano	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	26.09.2013
-	Tiago Girardi Bairros**	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.07.2014

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
9	Margaret Leonora Kayser	Técnico Judiciário - Área Judiciária	Assistente-Chefe de Posto (FC05)	02.12.2009
10	Leandro Fraga Bergmann	Técnico Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	19.05.2014
11	Alex Bernardes	Técnico Judiciário - Área Judiciária	-	08.08.2014
12	Fernanda Muenzer Pereira	Técnico Judiciário - Área Judiciária	-	09.06.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2015)

* Servidora registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 14.07.2011 a 26.07.2012.

** Servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 17.05 a 27.10.2013.

*** Servidor encontra-se em Licença para Tratar de Interesses Particulares (LTIP) de 15.06 a 28.08.2015, sendo que lhe foi concedida a mesma licença em período anterior: 03.02 a 03.08.2014. Consta informação no RH para reservar sua vaga, razão pela qual encontra-se incluído no rol dos servidores desta Unidade Judiciária.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)*	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
909 processos	751 a 1.000	12 servidores	9 a 10 servidores

* Somatório das médias trienais de processos recebidos pela Vara do Trabalho de São Borja e os então distribuídos ao Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí.

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas



Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de São Borja, incluídos os servidores anteriormente lotados no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui, **excede** o parâmetro previsto na referida norma.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e, b) do conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores, carecerão de análise. Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações de pessoal a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja			
Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Aparício Brasil Cabral Neto	Curso ou Evento	1	1
Deborah Graciano Martin* (desde 04.12.2014)	-	-	-
Ederson Caetano da Silva	-	-	-
Guilherme Steigleder	-	-	-
Lenita Teresinha Dall'Igna* (desde 27.04.2015)	-	-	-
Marluzy da Silva Likes	Licença Gestante	120	180
	Licença Gestante (prorrogação)	60	
Roberta Zanandrea Contin	-	-	-
Roberto Tomoyochi Kawano	Curso ou Evento	1	6
	Licença Paternidade	5	
Tiago Girardi Bairros* (desde 14.07.2014)	-	-	-
Vinícius Torbitz Palmeiro	Licença Paternidade	5	5
Sílvio de Oliveira**	Doença em Pessoa da Família	1	233
	Licença para Tratar se Interesses Particulares (LTIP)	232	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Alex Bernardes*** (desde 08.08.2014)	-	-	-
Fernanda Muenzer Pereira*** (desde 08.08.2014)	-	-	-
Leandro Fraga Bergmann*** (desde 19.05.2014)	Curso ou Evento	5	5
Margaret Leonora Kayser	Curso ou Evento	3	3

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2015)

* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

** O servidor goza LTIP concedida para o período de 15.06 a 28.08.2015, porém, para fins de cálculo de seus afastamentos desta Vara, foi excluída a fração excedente à data da visita correccional, marco temporal deste relatório.

*** Servidores lotados na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Carolina Bragé Schmidt*	07.10.2013	05.02.2014	3 meses e 29 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Erechim – Assistente de Juiz (FC05)
2	Paula Pinto Fickel*	29.04.2014	24.08.2014	3 meses e 26 dias	Lotação na 4ª Vara do Trabalho de Rio Grande – Assistente de Juiz (FC05)
3	Márcia Cantelli Pinto*	18.03.2014	13.04.2015	1 ano e 26 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa – Assistente de Juiz (FC05)

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Wilson Delmar Korzekwa	05.12.2011	28.01.2014	2 anos, 1 mês e 24 dias	Lotação na 3ª Posto Avançado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

					de Itaquí Sapiroanga – Diretor de Secretaria (CJ03)
2	Geri Oilson Copetti	27.08.2012	18.02.2014	1 ano, 5 meses e 22 dias	Lotação na Posto Avançado de Itaquí Santo Ângelo – Assistente de Juiz Titular (FC05)
3	Naddia de Pinho Costa	19.08.2013	05.03.2014	6 meses e 17 dias	Remoção por Permuta para o TRT da 23ª Região
4	Nair Monegat Cavalheiro	06.03.2014	16.11.2014	8 meses e 11 dias	Lotação na 22ª Posto Avançado de Itaquí Porto Alegre – Secretária de Audiência (FC03)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2015)

* A servidora já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/ Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

Estagiário na Vara do Trabalho de São Borja			
	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Murilo Schutz de Santis	Superior em Direito	02.02.2015 a 01.08.2015
Estagiário no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí			
	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Cristhian Matos Costa	Superior em Direito	23.02.2015 a 22.08.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e da Juíza Substituta Zoneada durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titulares	Adair João Magnaguagno	-	-	27	27
	Julieta Pinheiro Neta	-	-	136	136
	Luís Henrique Bisso Tatsch	-	-	63,5	63,5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Rachel de Souza Carneiro	-	12	24,5	36,5
Substituta zoneada	Roberta Testani	-	-	8	8

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja				
Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Aparício Brasil Cabral Neto*	-	7,8	146	153,8
Deborah Graciano Martin	-	8	75	83
Ederson Caetano da Silva	-	-	120	120
Guilherme Steigleder	-	-	345	345
Lenita Teresinha Dall'Igna	-	-	90	90
Marluzy da Silva Likes	-	-	60	60
Roberta Zanandrea Contin	-	-	197	197
Roberto Tomoyochi Kawano	-	-	8	8
Tiago Girardi Bairros	20	-	1207	1227
Vinicius Torbitz Palmeiro	-	-	75	75
Sílvio de Oliveira	-	-	-	-
Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí				
Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Alex Bernardes	-	-	51	51
Fernanda Muenzer Pereira	-	-	-	-
Leandro Fraga Bergmann	-	-	-	336
Margaret Leonora Kayser**	-	7,8	97	104,8

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.

** Gestora da Unidade Judiciária.



3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	597	673	12,73%	666	-1,04%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	48	46	-4,17%	56	21,74%
Pendentes de finalização na fase de execução***	961	1.022	6,35%	996	-2,54%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	23	25	8,70%	24	-4,00%
Total	1.629	1.766	8,41%	1.742	-1,36%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

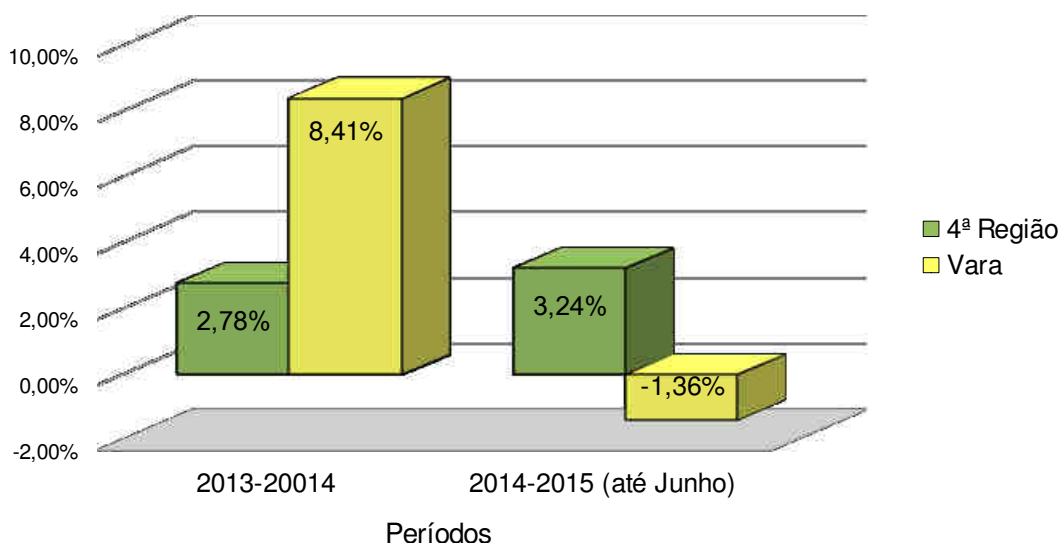
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 8,41% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 76 processos); a liquidação foi a única face processual em que se verificou redução do acervo (2 processos, o que importa em um decréscimo de 4,17%) no período sob análise.

A variação do acervo de processos na Vara do Trabalho de São Borja em 2014 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Todavia, no período de janeiro a junho de 2015 o estoque de processos tramitando recuou 1,36%, índice que destoia da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Casos novos	632	559	-11,55%	250	-55,28%
Sentenças anuladas/reformadas	2	0	-100,00%	3	#DIV/0!
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	637	575	-9,73%	249	-56,70%
Processos pendentes de solução	282	267	-5,32%	275	3,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

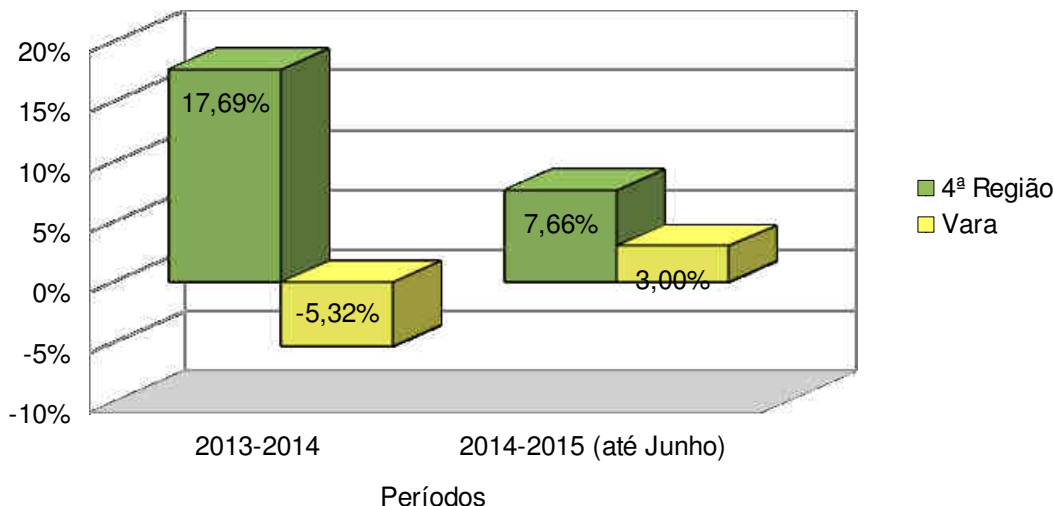
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma queda de 5,32% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 282 para 267 processos) – índice que vai de encontro ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse decréscimo no estoque foi a queda de 11,55% na média mensal de casos novos (a qual passou de 52,83 processos, em 2013, para 46,58 processos, em 2014).

No entanto, os dados do primeiro semestre de 2015 apontam aumento de 3% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é inferior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (64,42%) se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 31.12.2014, houve redução de 59,52% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	75	52	-30,67%	36	-30,77%
Aguardando encerramento da instrução	153	172	12,42%	163	-5,23%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	12	26	116,67%	44	69,23%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	42	17	-59,52%	32	88,24%
TOTAL	282	267	-5,32%	275	3,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
São Borja – Vara	39,68%	31,63%	-20,29%	52,12%	64,77%
Média no TRT4 - 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	61,09%	37,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - [\text{número de processos solucionados} / (\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos})]$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 31,63% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 20,29% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 12,70 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	296	46,47	237	41,22	113	45,38
	Julgado procedente	12	1,88	11	1,91	2	0,8
	Julgado procedente em parte	237	37,21	193	33,57	85	34,14
	Julgado improcedente	37	5,81	60	10,43	27	10,84
	Extinto	6	0,94	2	0,35	1	0,4
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	12	1,88	27	4,7	7	2,81
	Arquivamento (art. 844 CLT)	24	3,77	25	4,35	7	2,81
	Desistência	6	0,94	8	1,39	3	1,2
	Outras decisões	7	1,1	12	2,09	4	1,61
TOTAL		637	100	575	100	249	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

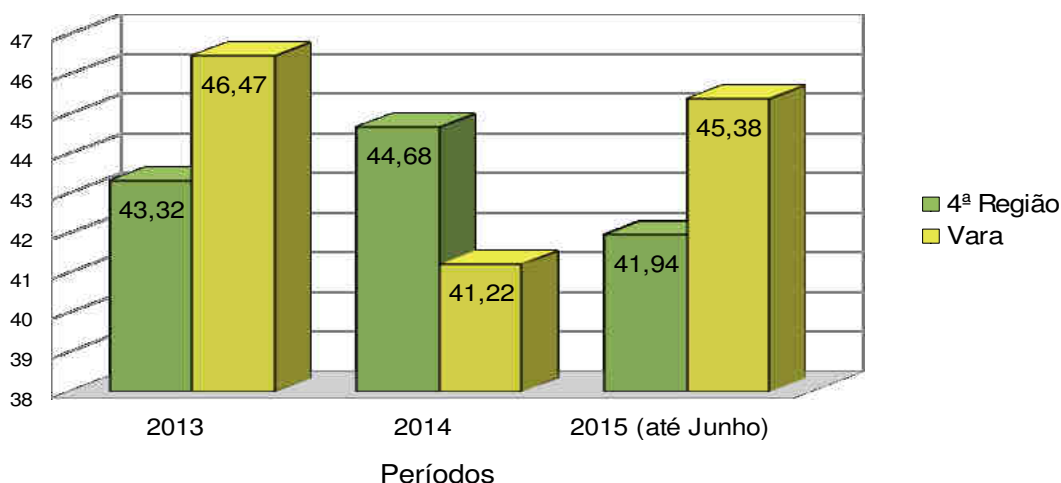
Verificou-se diminuição de 62 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 9,73%. Esse índice se mostra além da média em toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.



Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 292 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 266 decisões, representando uma de 8,90%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, que registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Ademais, a análise do quadro acima demonstra queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 296, representando 46,47% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações caiu para 237, correspondendo a 41,22% das soluções na fase de conhecimento, índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Todavia, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 45,38%, resultado acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.06)	Varição 2014-2015
Iniciadas	140	121	-13,57%	68	-43,80%
Encerradas	148	118	-20,27%	58	-50,85%
Pendentes	45	45	0,00%	55	22,22%
Arquivo Provisório	5	8	60,00%	8	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



O número de processos pendentes na fase de liquidação em 31.12.2014 manteve-se exatamente igual àquele verificado ao final de 2013 (45 processos). Esse desempenho foi superior àquele verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Apesar do número de processos pendentes ter permanecido o mesmo, constata-se que o número de liquidações iniciadas superou o de encerradas em 3, diferença essa que acabou sendo compensada em face do arquivamento provisório de 3 processos nessa fase processual.

Nos seis primeiros meses de 2015, por sua vez, houve avanço de 10 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a um aumento de 22,22%, índice que destoou da média de todo o TRT4 no período, que registrou queda de 0,44%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
São Borja – Vara	24,49%	28,92%	18,07%	48,67%	68,33%
Média no TRT4 - 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	58,84%	33,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 28,92% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 18,07% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, no entanto, o índice da Unidade foi inferior em 15,24 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	302	299	-0,99%	120	-59,87%
	Desarquivadas para prosseguimento	44	750	1.604,55%	40	-94,67%
Saídas	Encerradas	259	433	67,18%	182	-57,97%
	Arquivadas Provisoriamente	59	64	8,47%	22	-65,63%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	14	6	-57,14%	4	-33,33%
	Demais	618	645	4,37%	608	-5,74%
	Total	632	651	3,01%	612	-5,99%



Saldo no arquivo Provisório	1.545	893	-42,20%	876	-1,90%
------------------------------------	-------	-----	---------	-----	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de São Borja subiu de 632 para 651 processos, o que corresponde a uma elevação de 3,01% em relação ao ano anterior. Esse índice vai de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio.

Apesar disso, constatou-se que o número de execuções encerradas superou em 44,82% o de iniciadas no período. Além disso, verificou-se que o aumento do número de pendentes na fase de execução só foi ocasionado pelo desarquivamento de processo para prosseguimento da execução, de tal forma que o saldo no arquivo provisório foi reduzido em 42,20% no período.

Por sua vez, os dados colhidos no primeiro semestre de 2015 apontam queda de 5,99% no estoque de processos pendentes na fase de execução, ao contrário da média regional no mesmo período, que apontou avanço de 1,25%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
São Borja – Vara	74,13%	53,49%	-27,84%	76,39%	42,82%
Média no TRT4 - 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	83,77%	18,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 53,49% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 27,84% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior em 17,32 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
São Borja - Vara	90,35%	82,51%	-8,67%	89,06%	7,94%
Média no TRT4 - 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	90,64%	6,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de São Borja na fase de execução, a qual passa a corresponder a 82,51% - índice 8,67% inferior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 2,40 pontos percentuais menor, o que denota uma efetividade na execução superior à média regional.



3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	186	262	40,86%	175	-33,21%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	139	214	53,96%	129	-39,72%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.568	1.588	1,28%	1.604	1,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de São Borja, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2015. Dessa consulta, constatou-se não haver nenhum processo com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidente	2013			2014			2015 (até 30.06)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	87	58	25	89	88	27	39	45	21
Antecipações de tutela	25	26	1	33	33	1	11	11	1
Impugnações à sentença de liquidação	1	1	1	3	2	2	1	4	1
Embargos à execução	86	40	51	58	92	15	28	12	31
Embargos à arrematação	0	0	0	5	2	3	1	4	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	4	5	6	3	4	5	1	1	5

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 191 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 5,91% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 70% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 130 para 221). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 53, saldo 36,90% menor do que em 31.12.2013. Destaca-se ainda que, em 30.06.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 59, saldo 11,32% superior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

1	Processo nº 0000377-58.2011.5.04.0871
	Situação processual: Em 14.04.2014, a terceira reclamada apresentou exceção de pré-executividade. Em 09.06.2014, a segunda reclamada também apresentou exceção de pré-executividade. Em 07.07.2014, foram lançados corretamente duas conclusões para julgamento dos incidentes. Em 31.10.2014, as conclusões foram convertidas em diligência. Em 15.12.2014, foi lançado o andamento de nova conclusão de apenas uma das exceções, e em 29.01.2015, foi registrado o julgamento de apenas um dos incidentes. No entanto, consultando o inteiro teor dessa decisão, constata-se que foram rejeitadas as duas exceções de pré-executividade. Dessa forma, ainda permanece pendente junto ao sistema e-Gestão o julgamento de um incidente processual.
2	Processo nº 0000148-30.2013.5.04.0871
	Situação processual: Em 07.11.2014, o reclamante apresentou petição de embargos à execução. Em 12.12.2014, foi proferido despacho que recebeu a petição do reclamante como impugnação à sentença de liquidação. Em 05.03.2015, foi feita a conclusão dos autos para julgamento de impugnação à sentença de liquidação. Em 25.03.2015, foi julgada parcialmente procedente a impugnação. Apesar de não haver qualquer equívoco nos lançamentos informatizados, a petição de embargos à execução apresentada pelo reclamante gerou uma pendência junto ao sistema e-Gestão.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	53,07	84,96	60,09%	99,11	16,66%
	Ordinário	194,61	212,20	9,04%	211,91	-0,14%
	Total	180,95	197,54	9,17%	199,53	1,00%

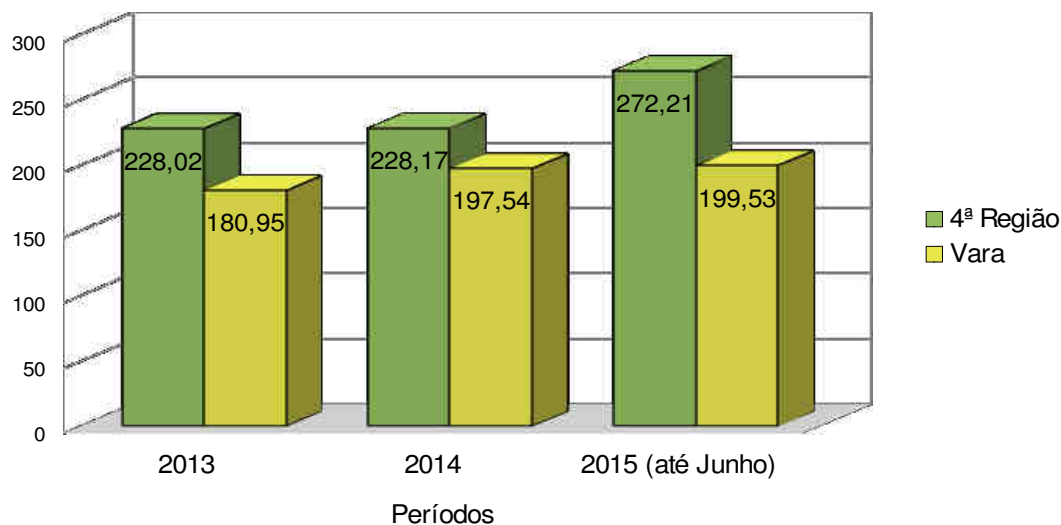
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 84,96 dias, correspondendo a um avanço de 60,09% em relação à média do ano anterior. Outrossim, no primeiro semestre de 2015, o prazo nesse rito foi 16,66% mais moroso na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 212,20 dias, média 9,04% superior na comparação com 2013. Em 2015, a seu turno, o prazo médio manteve-se relativamente estável na comparação com 2014.

Apesar do aumento médio verificado, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 13,42% (30,63 dias) mais célere que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, situação que se repete em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 26,70% (72,68 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento





4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	76,5	96,00	25,49%	87,17	-9,20%
	Ordinário	129,03	163,39	26,63%	171,27	4,82%
	Total	124,59	161,01	29,23%	161,37	0,23%

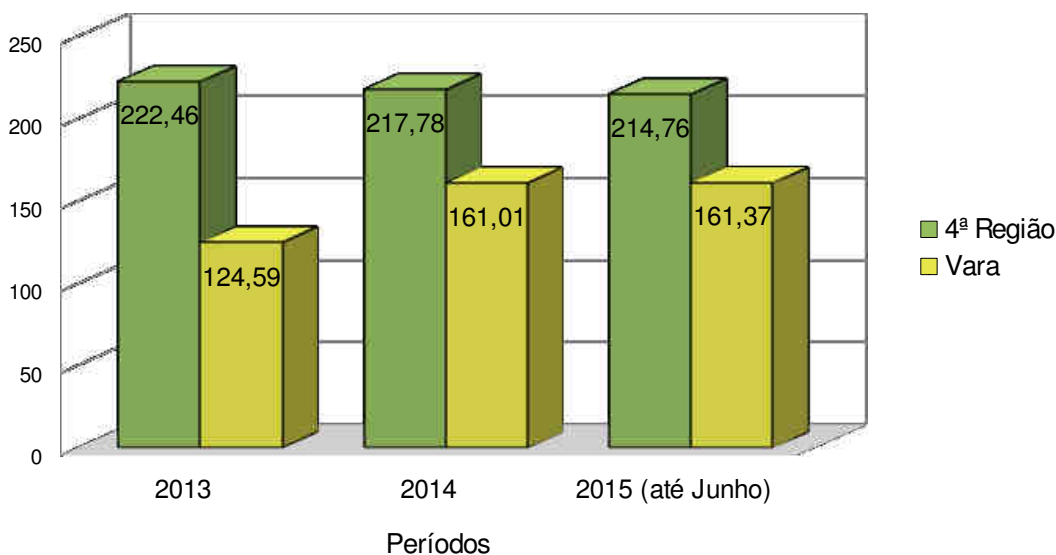
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 96 dias, o que equivale a uma elevação de 25,49% em relação à média do ano anterior. No entanto, de janeiro a junho de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 87,17 dias, período 9,20% menor que em 2014.

Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 163,39 dias em 2014, média 26,63% maior que a de 2013. Da mesma forma, no primeiro semestre de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário avançou para 171,27 dias, que equivale a um aumento de 4,82%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 26,07% (56,77 dias) mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, situação que se repete em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 24,86% (53,39 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de liquidação





4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	633,63	251,46	-60,31%	408,80	62,57%
	Ente público	583,74	652,11	11,71%	486,72	-25,36%
	Total	624,2	282,28	-54,78%	412,56	46,15%

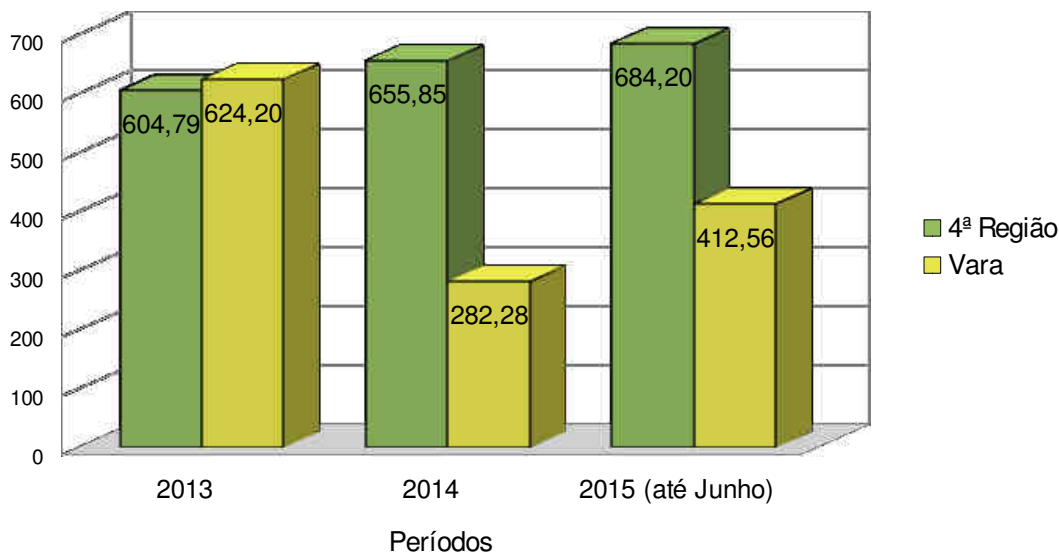
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 633,63 dias, em 2013, para 251,46 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a junho), no entanto, a média aumentou para 408,80 dias, prazo 62,57% maior que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 583,74 dias, em 2013, para 652,11 dias, em 2014. Todavia, nos primeiros seis meses de 2015, o lapso de tramitação recuou para 486,72 dias, que equivale a uma redução 25,36% na comparação com 2014.

Comparando-se os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara do Trabalho de São Borja foi 56,96% (373,57 dias) mais célere que a média da 4ª Região, desempenho que se repete nesses seis primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 39,70% (271,64 dias) menor que a média regional.

Prazo médio total - fase de execução





5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 Meta 2 – 2012: *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
625	625	100,00%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: *“Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.*

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
818	818	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: *“Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.*



META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
559	575	102,86%	Meta cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
11	11	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
296	295	99,66%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.410
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	6
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	245
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	221
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	299
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	361
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	200
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	435
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
6,89%	Meta cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
0,00%	Meta não cumprida

5.2.4 Meta 6: "Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau".



META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2015	Solucionados até 30.06.2015	%	Resultado parcial (até junho)
250	249	99,60%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados em 31/12/2013	Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre jan./2014 e jun./2015	%	Resultado parcial (até junho)
281	265	94,31%	Meta já cumprida

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.06)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até junho)
120	149	124,17%	Indicativo de cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até junho)
0	Meta já cumprida



5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (30.06.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até junho)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	12	9	11	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
2º	Estado do Rio Grande do Sul	1	1	0	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	10	5	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
5º	União	5	2	4	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
6º	OI S.A.	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda.</u> (Em Recuperação Judicial)	2	1	1	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta



8º	Caixa Econômica Federal - CEF	1	2	0	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
9º	Banco do Brasil S.A.	1	1	0	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.06)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até junho)
228,17	197,54	199,53	195,57	Indicativo de não cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.06)	Meta para 2015	Resultado parcial (até junho)
Total de acordos	296	237	266,5	113	270	Média parcial indicativa de não cumprimento da meta
Média mensal de acordos	24,67	19,75	22,21	33,25	45,00	



6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças-feiras, pela manhã e à tarde e às quartas-feiras, alternadamente, a cada quinze dias, em razão da realização de audiências no Posto de Itaqui. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6 (I) 1 (U) 3 (P)	6 (I) * 1 (U) * 3 (P) *	Quando necessário	-
Tarde	-	6 (I) 1 (U) 3 (P)	6 (I) * 1 (U) * 3 (P) *	Quando necessário	-

(*) As audiências de quartas-feiras são realizadas a cada 15 dias, alternadamente, em razão das audiências do Posto de Itaqui.

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 04.8.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	01.9.2015	01.9.2015
Una Sumaríssimo	26.8.2015	26.8.2015
Instrução	09.12.2015	06.10.2015
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 04.8.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da	Sumaríssimo	34,29	37,64	9,78%	43,00	14,22%
	Ordinário	35,84	44,25	23,47%	38,59	-12,79%



1ª Audiência	Total	35,66	43,5	22,00%	38,96	-10,43%
---------------------	--------------	--------------	-------------	---------------	--------------	----------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio aumentado de 34,29 dias, em 2013, para 37,64 dias, em 2014 (elevação de 9,78%). Outrossim, nos primeiros 6 meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 43 dias, que equivale a um aumento de 14,22% na comparação com 2014.

Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 35,84 dias, em 2013, para 44,25 dias, em 2014 (elevação de 23,47%), e reduziu para 38,59 dias, em 2015 (queda de 10,43%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2014				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Fernando Reichenbach	5	21	2	2	30
Jaqueline Maria Menta	30	26	2	0	58
Julieta Pinheiro Neta	18	7	1	0	26
Laura Balbuena Valente Gabriel	37	37	3	14	91
Rachel de Souza Carneiro	92	103	15	0	210
Thiago Boldt de Souza	8	7	0	0	15
Átila Da Rold Roesler	304	211	40	8	563
Total	494	412	63	24	993
2015 (até 30.06)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adair João Magnaguagno	234	201	22	9	466
Total	234	201	22	9	466

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes



comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Freires	-	0	0	0	1	1
Denilson da Silva Mroginski	-	2	0	2	-	2
Fernando Reichenbach	8	2	0	10	1	11
Jaqueline Maria Menta	21	3	0	24	-	24
Julieta Pinheiro Neta	6	62	1	69	1	70
Laura Balbuena Valente Gabriel	19	12	0	31	3	34
Rachel de Souza Carneiro	36	62	0	98	10	108
Thiago Boldt de Souza	1	5	0	6	-	6
Átila da Rold Roesler	146	116	1	263	56	319
Total	237	264	2	503	72	575
2015 (até 30.06)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adair João Magnaguagno	112	66	1	179	17	196
Eduardo Batista Vargas	-	1	0	1	-	1
Fernando Reichenbach	-	6	0	6	-	6
Jaqueline Maria Menta	-	7	0	7	1	8
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	4	0	4	-	4
Átila da Rold Roesler	1	30	0	31	3	34
Total	113	114	1	228	21	249

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular Adair João Magnaguagno		
0000555-02.2014.5.04.0871 (Mais antigo. Concluído em 04.05.2015: 3 meses)	0000559-10.2012.5.04.0871	0000579-30.2014.5.04.0871
0000592-29.2014.5.04.0871	0000577-60.2014.5.04.0871	0000583-04.2013.5.04.0871
0000584-86.2013.5.04.0871	0000027-65.2014.5.04.0871	0000164-47.2014.5.04.0871
0000165-32.2014.5.04.0871	0000089-71.2015.5.04.0871	0000256-25.2014.5.04.0871
0000341-11.2014.5.04.0871	0000342-93.2014.5.04.0871	0000397-44.2014.5.04.0871
0000485-82.2014.5.04.0871	0000538-63.2014.5.04.0871	0000019-54.2015.5.04.0871
0000045-52.2015.5.04.0871	0000067-13.2015.5.04.0871	0000610-50.2014.5.04.0871



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000157-21.2015.5.04.0871	0000643-74.2013.5.04.0871	0000477-08.2014.5.04.0871
0000580-15.2014.5.04.0871	-	-
Total: 33 processos		

Juíza substituta Jaqueline Maria Menta		
0000249-67.2013.5.04.0871	-	-
Total: 1 processo		

Juíza substituta Laura Balbuena Valente Gabriel		
0000107-63.2013.5.04.0871 (Mais antigo. Concluído em 01.10.2014: 10 meses e 4 dias)	0000157-89.2013.5.04.0871	0000169-69.2014.5.04.0871
0125500-04.1990.5.04.0871	0000271-91.2014.5.04.0871	0000272-76.2014.5.04.0871
0000578-79.2013.5.04.0871	0000094-30.2014.5.04.0871	0000092-31.2012.5.04.0871
Total: 9 processos		

Juíza substituta Rachel de Souza Carneiro		
0000538-97.2013.5.04.0871	-	-
Total: 1 processo		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 30.07.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 23.07.2015. 50 dias anteriores à data da correção: 12.06.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Tarefa executada uma vez na semana, geralmente, às sextas-feiras.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em 48 horas.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 48 horas.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas em 24 horas a contar da protocolização.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Em períodos de normalidade, a tarefa é executada em 48 horas. Em razão da participação dos servidores no movimento grevista iniciado em



09.6.2015, estão sendo analisadas as petições referentes ao protocolo de 05.6.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Em períodos de normalidade, a certificação de prazo é feita em uma semana. Em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista, a certificação de prazo, na data da visita correcional, está em 1º.6.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada uma vez por semana.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada uma vez por mês.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000141-09.2011.5.04.0871*	06.04.2015	3 meses e 16 dias
2	0000382-75.2014.5.04.0871**	04.05.2015	2 meses e 18 dias
3	0045700-62.2006.5.04.0871***	10.06.2015	1 mês e 12 dias
4	0000126-06.2012.5.04.0871	18.06.2015	1 mês e 4 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.07.2015)

* Expedida carta precatória para diligência de busca e apreensão dos autos.

** Expedida notificação para devolução dos autos em 25.05.2015.

*** Foi proferido despacho determinando notificação para devolução dos autos.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 21.07.2015, verificou-se que não constam processos em carga com carga vencida com os peritos há mais de 10 dias.



7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	871-00220/15	0000504-88.2014.5.04.0871	05.06.2015	1 mês e 17 dias
2	871-00243/15	0035600-29.1998.5.04.0871	12.06.2015	1 mês e 10 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.07.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 21.07.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **585 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000494-78.2013.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos* : a certidão da fl. 35 tem dados divergentes (quanto à data) dos termos de recebimento e juntada lavrados no verso da fl. 30 e das informações lançadas no sistema informatizado. Movimentação processual : certificação de decurso de prazo em 14 dias (prazo das notificações das fls. 39-41, vencido em 28.4.2014 e impulsionado em 12.5.2014); o prazo dos mandados das fls. 73 e 75 expirou em 21.8.2014 e o impulso processual ocorreu 30 dias após (fl. 77); da certidão da fl. 85/verso à certidão de cálculo da fl. 86 decorreram 24 dias sem movimentação processual; cumprimento do despacho da fl. 104 em 10 dias.	
2	0000366-24.2014.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos* : ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 358-359. Movimentação processual : cumprimento do despacho da fl. 335 em 11 dias; juntada da petição das fls. 338-339 em 09 dias.	
3	0000008-93.2013.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos* : ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 311. Movimentação processual : nada a apontar.	
4	0018900-89.2009.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos* : nada a apontar. Movimentação processual : o prazo da notificação da fl. 238 expirou em 24.4.2014 e o impulso processual ocorreu 12 dias após (fl. 239); cumprimento do despacho da fl. 245 em 13 dias (fls. 246 e 247); certificação de decurso de prazo 10 dias após o vencimento (certidão da fl. 252); certificação de decurso de prazo 17 dias após o vencimento (certidão da fl. 256); certificação de decurso de prazo 10 dias após o vencimento (certidão da fl. 259); despacho da fl. 275 (de 28.5.2015) pendente de cumprimento.	



5	0000291-53.2012.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 294. Movimentação processual: após a certidão da fl. 346, de 12.5.2015, não houve movimentação processual.	
6	0000600-06.2014.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
7	0000168-50.2015.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
8	000428-98.2013.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos: ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 238; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 278. Movimentação processual: certificação de decurso de prazo em prazo superior a 30 dias após o vencimento (certidão da fl. 283); certificação de decurso de prazo 10 dias após o vencimento (certidão no verso da fl. 305).	
9	0000029-98.2015.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
10	0041900-70.1999.5.04.0871
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo	0000142-52.2015.5.04.0871
	0000081-31.2014.5.04.0871
Despacho sem cumprimento	0001800-73.1999.5.04.0871
	0000164-18.2012.5.04.0871
	0000222-21.2012.5.04.0871
Aguardando procedimentos para posterior arquivamento	0000322-39.2013.5.04.0871
	0018300-49.2001.5.04.0871
	0000120-96.2012.5.04.0871



Aguardando intimação de despacho	0000265-55.2012.5.04.0871
	0000593-48.2013.5.04.0871
	0000214-73.2014.5.04.0871
Registros desatualizados	0101900-55.2007.5.04.0871
	0010400-39.2006.5.04.0871
	0000400-14.2005.5.04.0871
Execução reunida ou suspensão do processo sem registro no inFOR	0000227-43.2012.5.04.0871
	0000555-36.2013.5.04.0871
Processo aguardando remessa ao TRT ou recebido de outro órgão sem movimentação	0000224-20.2014.5.04.0871
	0000437-94.2012.5.04.0871
	0000438-11.2014.5.04.0871
Processo reunido a outro sem andamento	0001800-34.2003.5.04.0871
	0051700-73.2009.5.04.0871
	0000133-32.2011.5.04.0871
Demora no impulso processual	0014700-35.1992.5.04.0871
	0000168-84.2014.5.04.0871
	0000078-47.2012.5.04.0871

No exame dessa listagem, verificou-se elevada quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual. Essa situação é verificada em todas as fases, excetuados os que aguardam cumprimento de acordo, pagamento de precatório e andamento de outros processos.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.



8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, bem como pelo Edital do Gabinete da Presidência nº 02/2015, de 06.02.2015, há previsão de instalação do PJe na Unidade Judiciária em **03.09.2015**.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Ao proceder-se a análise dos dados extraídos do sistema e-Gestão foi possível constatar a excelente celeridade na movimentação processual na Vara do Trabalho de São Borja. Além dos estoques de processos enxutos e estáveis em todas as fases processuais nos últimos dois anos, a unidade ainda apresenta os prazos médios de tramitação processual abaixo das médias regionais em todas as fases processuais, com destaque para a fase de execução, que se apresenta, até junho do presente ano, 271 (duzentos e setenta e um dias) mais célere do que o parâmetro do Estado. Ainda na execução, merece ser destaque a ausência de devedores inscritos no BNDT nas execuções já encerradas definitivamente, o que revele cuidado e comprometimento dos gestores da unidade. Entre as metas do CNJ, destaca-se o cumprimento da Meta-01/2014, quanto ao julgamento de um número maior de processos daquele que foi distribuído no próprio ano.

O Diretor de Secretaria Aparício Brasil Cabral Neto mostrou-se comprometido com o atendimento das partes e procuradores e suas demandas e, juntamente com o Assistente da Direção Vinícius Torbitz Palmeiro e o Secretário de Audiências Ederson Caetano da Silva, tem mantido as melhores condições possíveis para o funcionamento da unidade, visto que a maior parte dos servidores havia aderido ao movimento grevista da categoria. De qualquer forma, é possível perceber o cuidado e responsabilidade que são dispensados por toda a equipe de servidores na execução das tarefas relacionadas ao



andamento dos processos, na medida em que, ao proceder-se o exame dos processos físicos, não foram apurados lapsos relevantes e/ou equívocos reiterados. O Juiz Titular e o Diretor da Vara asseveraram a importância de que o início da construção da nova sede ocorra o mais breve possível, diante da iminência de término do prazo estipulado na doação do terreno por parte do Município.

O Juiz Titular Adair João Magnaguagno mostrou-se comprometido com a jurisdição e reafirmou seu compromisso à Corregedora quanto à prolação de sentenças em processos conclusos para decisão em observância à ordem cronológica de conclusão.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os presentes que se manifestassem e, não tendo havido manifestação, parabenizou a todos pelo trabalho realizado na unidade.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, da mesma forma como procedido na Meta CNJ 1/2014 (item 5.2.1).

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à rejeição da 2ª exceção de pré-executividade apresentada no processo nº 0000377-58.2011.5.04.0871;
- b) diante da pendência gerada junto ao sistema e-Gestão em face da petição de embargos à execução, e não havendo outra forma de corrigir a distorção estatística em análise no processo nº 0000148-30.2013.5.04.0871, proceda à substituição do andamento informatizado que registrou a apresentação de embargos à execução do dia 07.11.2014 por petição de apresentação de impugnação à sentença de liquidação.



Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que o Juiz Titular **Adair João Magnaguagno** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Cientifiquem-se as Juízas Substitutas **Jaqueline Maria Menta, Laura Balbuena Valente Gabriel e Rachel de Souza Carneiro** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias, indicados no mesmo item deste relatório, para que profiram as sentenças com a maior brevidade possível, também devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

ITENS 7.10.1 – ADVOGADOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.1 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR e evite situações como a mencionada no processo 0000494-78.2013.5.04.0871, analisado no item 8.1;



- d) movimente os processos 0018900-89.2009.5.04.0871 e 0000291-53.2012.5.04.0871, analisados no item 8.1.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **585 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos nº 0000142-52.2015.5.04.0871, nº 0000081-31.2014.5.04.0871);
- b) tome providências para dar cumprimento aos despachos (processos nº 0001800-73.1999.5.04.0871; nº 0000164-18.2012.5.04.0871, nº 0000222-21.2012.5.04.0871);
- c) efetue os procedimentos determinados com vistas ao arquivamento dos autos (processos nº 0000322-39.2013.5.04.0871; nº 0018300-49.2001.5.04.0871, nº 0000120-96.2012.5.04.0871);
- d) efetue as notificações (processos nº 0000265-55.2012.5.04.0871; nº 0000593-48.2013.5.04.0871, nº 0000214-73.2014.5.04.0871);
- e) informe a reunião/suspensão dos processos no INFOR (processos nº 0000227-43.2012.5.04.0871, nº 0000555-36.2013.5.04.0871);
- f) atualize os registros (processos nº 0101900-55.2007.5.04.0871; nº 0010400-39.2006.5.04.0871, nº 0000400-14.2005.5.04.0871);
- g) efetue remessa ao TRT ou dê impulso aos processos que retornaram à origem (processos nº 0000224-20.2014.5.04.0871; nº 0000437-94.2012.5.04.0871, nº 0000438-11.2014.5.04.0871);
- h) dê o devido andamento aos processos reunidos a outros (processos nº 0001800-34.2003.5.04.0871; nº 0051700-73.2009.5.04.0871, nº 0000133-32.2011.5.04.0871),
- i) tome providências para impulsionar a tramitação dos feitos (processo nº 0014700-35.1992.5.04.0871; nº 0000168-84.2014.5.04.0871, nº 0000078-47.2012.5.04.0871).

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de São Borja, das 15h30 às 16h30, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Estiveram presentes o Presidente e o Vice-Presidente da Seccional da OAB local, Rui Faccin e Marisson Roso, que elogiaram o trabalho realizado na unidade, tendo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

mencionado a eficiência e cordialidade dispensados no atendimento das partes e procuradores por parte dos servidores e do Juiz Titular; reiteraram, também, a necessidade de agilizar-se a construção da nova sede da unidade.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Adair João Magnaguagno, pelo Diretor de Secretaria Aparício Brasil Cabral Neto e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck
Corregedora Regional**